

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - YANOMAMI

Estudo Técnico Preliminar 13/2025

1. Informações Básicas

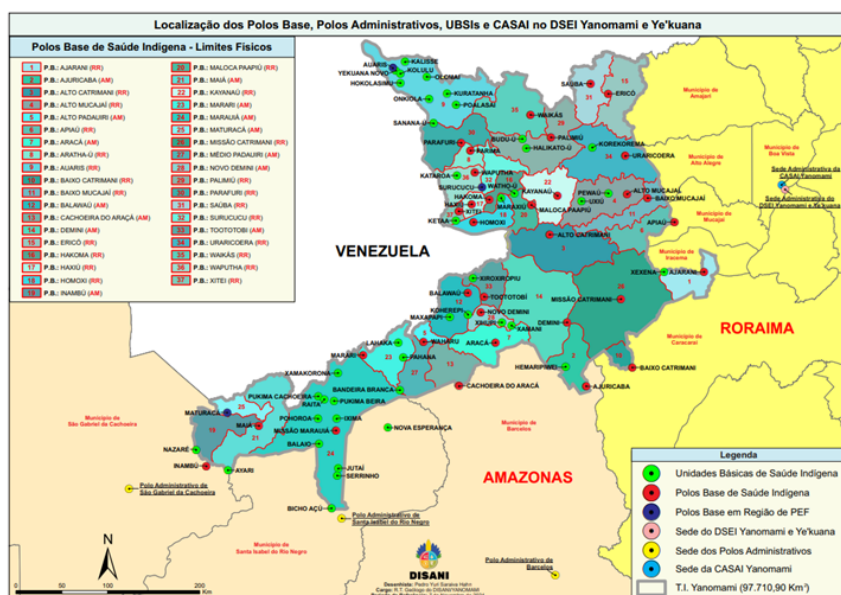
Número do processo: 25064.000912/2025-24

2. Descrição da necessidade

2.1. Considerando que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), criados pela Lei nº 9.836/1999, são unidades sanitárias centrais do Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (SASI-SUS), organizados estrategicamente por critérios territoriais e baseados na ocupação geográfica das comunidades indígenas, destaca-se a complexidade e amplitude do território do DSEI Yanomami. Com uma extensão de 97.710,90 km², abrangendo áreas nos estados de Roraima e Amazonas, o território Yanomami é caracterizado por florestas densas, relevo acidentado e comunidades de difícil acesso.

2.2. A aquisição de insumo e equipamentos para atender as ações do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e Programa Nacional de Acesso à Água Potável em Terras Indígenas - PNATI, a fim de atender às ações contínuas de manutenção e monitoramento dos sistemas de abastecimento de água instalados no território Yanomami. Esses sistemas são monitorados semanalmente quanto à qualidade da água e abastecimento regular de insumos essenciais para seu pleno funcionamento. O fornecimento será efetuado durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sempre que solicitado pela Divisão de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena (DISANI), nos prazos, local e horário especificados no presente estudo preliminar.

2.3. O mapa abaixo ilustra a localização dos 37 Polos Base de Saúde Indígena e 45 estabelecimentos de saúde, que representam os principais pontos de apoio para atendimento de saúde às comunidades indígenas. Essas unidades são responsáveis por atender 32.212 indígenas em áreas remotas, onde as limitações logísticas dificultam a execução de obras, serviços e o transporte de insumos essenciais.



2.4. A referida contratação visa atender as necessidade urgente e estratégica relacionada à execução de ações contínuas de manutenção e monitoramento dos sistemas de abastecimento de água instalados no território Yanomami. Atualmente, existem 68 sistemas de abastecimento de água em operação, 10 localidades sem Sistema de Abastecimento de Água (SAA) implementado e 2 sistemas com SAA inoperante, o que evidencia a necessidade de intervenção imediata para assegurar o fornecimento regular e seguro de água potável às comunidades indígenas. Além de promover o controle da qualidade da água para consumo humano nas comunidades, ampliar o acesso à água potável em comunidades indígenas atendidas pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, promover a formação em vigilância da qualidade da água para consumo humano para os profissionais de saúde do SUS, realizar análise de situação de saúde relacionada ao abastecimento de água para consumo humano. As atividades incluem ainda a educação permanente, a fiscalização da operação das obras de abastecimento de água e controle. A execução direta dessas iniciativas é fundamental para garantir a eficiência, a regularidade e a qualidade dos serviços prestados em uma região marcada por desafios logísticos e pela densa cobertura florestal da Terra Indígena Yanomami.

Situação do Abastecimento de Água nos Estabelecimentos de Saúde Indígena (ESIs) em 2025

Situação do Abastecimento de Água nos ESIs da Terra Indígena Yanomami

● ESI com SAA em operação: **67**
 ● ESI com SAA inoperante: **02**
 ● ESI sem SAA implementado: **10**

Desenhistas: Pedro Yuri Saravia Hahn
 Cargo: R. I Geólogo da DISANI/YANOMAMI
 Período de Referência: 20 de Março de 2025

Estabelecimento de Saúde Indígena com SAA em Operação

67	Mapico Pápeti (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
68	Mapico Pápeti (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
69	Novo Dorepé (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
70	Baio Mucujai (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
71	Novo Dorepé (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
72	Alié Mungue (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
73	Laktoneri (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
74	Sido Apá (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
75	Mucujai (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
76	Namere (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
77	Koromoro (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
78	Namere (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
79	Wahari (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
80	Namere (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
81	Pápeti (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
82	Namere (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
83	Xihupé (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
84	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
85	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
86	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
87	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
88	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
89	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
90	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
91	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
92	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
93	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
94	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
95	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
96	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
97	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
98	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
99	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
100	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)

Estabelecimento de Saúde Indígena com SAA Inoperante

101	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
102	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
103	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
104	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
105	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
106	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
107	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
108	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
109	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
110	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
111	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
112	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
113	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
114	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
115	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
116	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
117	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
118	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
119	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
120	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)

Estabelecimento de Saúde Indígena sem SAA Implementado

121	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
122	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
123	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
124	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
125	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
126	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
127	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
128	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
129	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
130	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
131	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
132	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
133	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
134	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
135	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
136	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
137	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
138	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
139	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)
140	Awatú (P.T.R.) + (B.S.S.) + (C.C.D.)

Conversão dos Distanças

1	1 Km = 1000 metros
2	1 Km = 1000 metros
3	1 Km = 1000 metros
4	1 Km = 1000 metros
5	1 Km = 1000 metros
6	1 Km = 1000 metros
7	1 Km = 1000 metros
8	1 Km = 1000 metros
9	1 Km = 1000 metros
10	1 Km = 1000 metros
11	1 Km = 1000 metros
12	1 Km = 1000 metros
13	1 Km = 1000 metros
14	1 Km = 1000 metros
15	1 Km = 1000 metros
16	1 Km = 1000 metros
17	1 Km = 1000 metros
18	1 Km = 1000 metros
19	1 Km = 1000 metros
20	1 Km = 1000 metros

Conversão das Capacidades

1	1 Litro = 1000 ml
2	1 Litro = 1000 ml
3	1 Litro = 1000 ml
4	1 Litro = 1000 ml
5	1 Litro = 1000 ml
6	1 Litro = 1000 ml
7	1 Litro = 1000 ml
8	1 Litro = 1000 ml
9	1 Litro = 1000 ml
10	1 Litro = 1000 ml
11	1 Litro = 1000 ml
12	1 Litro = 1000 ml
13	

2.7 A área de cobertura das atividades abrange um território extenso e de difícil acesso, exigindo planejamento antecipado e a garantia de disponibilidade de equipamentos e insumos essenciais. A previsão de emergências, como reparos em estruturas críticas, amplia a necessidade de contar com insumos estratégicos, garantindo que as ações preventivas e corretivas sejam realizadas sem atrasos ou intermediários.

2.9 A necessidade prioritária consiste em garantir a aquisição de equipamentos e insumos que viabilizem a execução contínua das atividades de monitoramento e manutenção dos sistemas de abastecimento de água, garantindo que as equipes disponham dos recursos para atuar de forma eficiente. As aquisições incluem:

- 2.10 Diante disso, torna-se imprescindível a aquisição de equipamentos e insumos, conforme especificado no Termo de Referência, para assegurar que a execução do monitoramento e qualidade d água *in loco* ocorra de forma ininterrupta. A ausência desses equipamentos comprometeria a continuidade dos serviços essenciais, gerando atrasos e impactando negativamente as ações de promoção da saúde indígena.

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Edificação e Saneamento Ambiental Indígena	Francisco de Almeida Cardoso

4.1 Os equipamentos devem atender as especificações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

4.3 O fornecimento dos equipamentos, objeto deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis link: <https://www.gov.br/agu/ptbr/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf>, uma vez que este estudo apresenta a legislação, principais determinações, precauções e providências a serem seguidas quanto ao tema para diversos objetos. A

4.4 O presente Estudo Técnico Preliminar observa as diretrizes do Plano Diretor de Logística do Ministério da Saúde, em especial o critério **PD10**, que determina a priorização, nas aquisições e contratações governamentais, de produtos reciclados e recicláveis, bem como de bens, serviços e obras que incorporem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. Cabe destacar, ainda, que com base no Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde: 2024-2026 (Pág. 23), "a sustentabilidade é uma pauta cobrada pelos próprios indígenas, que retiram do ambiente apenas o necessário para a sua subsistência, sem desperdícios, respeitando a natureza e estabelecendo trocas equilibradas com o ambiente, de forma a manter os ecossistemas preservados."

4.5 As embalagens dos materiais, sempre que possível, os mesmos deverão ser acondicionados em materiais 100% recicláveis e em quantidade reduzida de volumes; os equipamentos energéticos, o demandante deverá observar a economicidade de consumo energético e correspondente eficiência.

4.5 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos;

4.7 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

4.8 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

4.9 Em caso de divergência entre a descrição dos itens e as especificações contidas no Catálogo de Materiais (CATMAT), deverá prevalecer a descrição apresentada no Termo de Referência, uma vez que este documento estabelece os requisitos técnicos específicos para a contratação;

4.10 Os materiais devem ser entregues exatamente conforme as especificações estabelecidas na proposta do fornecedor, previamente aprovada pela contratante, garantindo a conformidade com os requisitos acordados;

4.11 O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias corridos**, contados em remessa única, conforme critério definido pela contratante;

4.12 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

4.13 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações e na proposta aceita, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.14 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

4.15 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

4.16 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas nos Artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Contextualização:

5.1.1 Durante o levantamento de mercado e análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, foi constatado durante as seguintes características:

I – O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

II – O SRP é uma alternativa viável e bem conhecida entre as empresas do ramo;

III – Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;

5.2 Soluções Possíveis:

Solução 01: Parcerias com Iniciativa Privada;

Solução 02: Doação de Equipamentos e Insumos de Órgãos ou ONGs;

Solução 03: Adesão a Atas de Registro de Preços;

5.3 Descrição das Soluções:

5.3.1 Solução 01: Parcerias com Iniciativa Privada: essa solução envolve estabelecer parcerias com empresas privadas por meio de Termos de Cooperação, Acordos de Parceria ou Termos de Compromisso. As empresas fornecem equipamentos e ferramentas, financiam projetos ou prestam serviços, desde que possam estar alinhados ao interesse público. Estas parcerias devem respeitar a legislação vigente, garantir a transparência e observar contrapartidas que não comprometam a imparcialidade da administração pública.

5.3.2 Solução 02: Doação de Materiais de Órgãos ou ONGs: consiste na solicitação de doação de equipamentos e insumos junto a órgãos governamentais, ONGs ou entidades da sociedade civil. Essa alternativa pode ser útil em contextos de restrição orçamentária, porém depende da disponibilidade de itens compatíveis com as necessidades do DSEI Yanomami. Deve ser formalizado por meio de Termos de Doação e registrado nos inventários patrimoniais, atendendo a julgamentos legais e administrativos .

5.3.3 Solução 03: Adesão a Atas de Registro de Preços: a adesão às Atas de Registro de Preços permite aproveitar processos licitatórios já realizados por outros órgãos públicos, reduzindo o tempo e os custos para a aquisição de insumos e equipamentos. É necessário verificar a compatibilidade do objeto, os quantitativos disponíveis e a autorização do Órgão Gerenciador da Ata.

5.3.4 Solução 04: Aquisição de Equipamentos e Insumos (Licitação convencional): a aquisição de equipamentos e insumos por meio de licitação é a solução padrão e preferencial na administração pública. O processo licitatório garante a seleção da proposta mais vantajosa, promovendo a competitividade e a isonomia entre os fornecedores.

5.4 Análise das Soluções:

5.4.1 Solução 01: Considerada inviável devido à efetivação depende de negociações complexas e da demonstração de benefícios mútuos de empresas para realizar doações que supram as necessidades do DSEI Yanomami.

5.4.2 Solução 02: Considerada inviável devido a disponibilidade de equipamentos e insumos específicos junto a órgãos públicos ou ONGs pode ser limitada e não atender plenamente às necessidades.

5.4.3 Solução 03: Considerada inviável devido à incompatibilidade entre o objeto disponível na ata e as necessidades específicas e quantitativos registrados não atender plenamente às necessidades do DSEI Yanomami.

5.4.5 Solução 04: Avaliada como a mais viável, uma vez que a aquisição de equipamentos e insumos atende de forma mais eficiente e menos onerosa as necessidades do DSEI. Além disso, permite um maior controle sobre a descrição dos objetos adquiridos, garantindo que atendam aos padrões exigidos para operação no território Yanomami.

5.5 Justificativa: para atender às demandas de 2025, no âmbito da execução direta do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e do Programa Nacional de Acesso à Água Potável em Terras Indígenas (PNATI), o DSEI Yanomami tem conduzido ações contínuas de manutenção e monitoramento dos sistemas de abastecimento de água instalados no território Yanomami. Esses sistemas são monitorados semanalmente quanto à qualidade da água e abastecimento regular de insumos essenciais para seu pleno funcionamento. As atividades incluem ainda a educação permanente, a fiscalização da operação das obras de abastecimento de água e controle. A execução direta dessas iniciativas é fundamental para garantir a eficiência, a regularidade e a qualidade dos serviços prestados em uma região marcada por desafios logísticos e pela densa cobertura florestal da Terra Indígena Yanomami.

[...]

A Portaria GM/MS nº 3.958, de 10 de novembro de 2022, instituiu o Programa Nacional de Acesso à Água Potável em Terras Indígenas - PNATI, com o objetivo de assegurar o acesso à água potável e de qualidade nas comunidades indígenas, conforme os seguintes objetivos estabelecidos no Art. 2º:

Ampliar o acesso à água potável em comunidades indígenas atendidas pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

Promover o controle da qualidade da água para consumo humano nas comunidades de que trata o inciso I, por meio de tratamento e monitoramento adequados;

Contribuir para a melhoria da saúde, da qualidade de vida e das condições ambientais da população indígena; e

Adotar mecanismos de planejamento, fiscalização e avaliação da prestação de serviços de abastecimento de água potável em comunidades indígenas atendidas pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, com base em critérios técnicos e na participação social."

[...]

A Portaria GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, em seu art. 6º São competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em seu âmbito administrativo, além de outras que sejam pactuadas pelas Comissões Inter gestores:

I - promover a formação em vigilância da qualidade da água para consumo humano para os profissionais de saúde do SUS;

II - estabelecer mecanismos de acompanhamento da inserção dos dados no Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua);

III - analisar as informações do Sisagua na perspectiva de gestão de riscos e da segurança da água para consumo humano;

IV - monitorar os indicadores pactuados para avaliação das ações e serviços de vigilância da qualidade da água para consumo humano;

V - informar à população, de forma clara e acessível, sobre a qualidade da água para consumo humano e os riscos à saúde associados, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.440, de 4 de maio de 2005, ou em instrumento legal que venha substituí-lo;

VI - realizar análise de situação de saúde relacionada ao abastecimento de água para consumo humano; e

VII - promover ações em articulação com órgãos públicos que tenham relação com o abastecimento de água para consumo humano, tais como órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e entidades de regulação de serviços de saneamento básico.

[...]

5.6 Em conformidade com as diretrizes estabelecidas para o monitoramento da qualidade da água para consumo humano nas aldeias indígenas, e buscando reduzir a incidência de doenças de veiculação hídrica, como casos de diarreia, o DSEI Yanomami veem implementando o Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Indígena. Esse programa contempla análises físico-químicas e microbiológicas da água consumida pelas comunidades, visando assegurar que a água fornecida atenda aos padrões de potabilidade estabelecidos e promova a saúde das populações indígenas.

5.7 Considerando a importância dessas ações, é imprescindível a aquisição dos insumos e equipamentos necessários para a continuidade das atividades do Programa Nacional de Acesso à Água Potável em Terras Indígenas durante o exercício de 2025.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Trata-se de aquisição de insumo e equipamentos para atender as ações do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água, bem como para saneamento ambiental em território Yanomami.

6.2 Modalidade de licitação e critério de julgamento:

6.2.1 Os bens a serem adquiridos são classificados como de natureza comum, entende-se que, devido ao fato de serem ofertados no mercado por vasta quantidade de fornecedores, com possibilidade de fácil comparação entre si, esses insumos e equipamentos estão inseridos na categoria de bens comuns. Dessa forma, proporciona-se escolher a proposta com base no menor preço ou técnica.

6.2.3 Ainda, registra-se que os padrões de desempenho e qualidade dos itens podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

6.2.4 Destaca-se, também, que o objeto a ser licitado não envolve criação, inovação ou conjugação de requisitos técnicos especiais, desconhecidos pelo mercado. Em contrapartida, o mercado domina as soluções pretendidas, pois são ofertadas por muitas empresas e comparáveis entre si com facilidade.

6.2.5 Diante do exposto, a modalidade de licitação é o pregão, com julgamento de menor preço, conforme estabelece o art. 6 da Lei 14.133/2021, *in verbis*:

6.3 Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

(...)

6.4 Tendo em vista a imprevisibilidade da demanda, bem como o fornecimento do material parcelado, no tocante à modalidade de licitação, cumpre ressaltar que será adotado o Sistema de Registro de Preços, atentando-se ao estabelecido no Decreto nº 11.462/2023, notadamente:

6.5 Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

6.6 Modo de disputa:

6.6.1 O modo de disputa para a contratação em tela é o modo aberto, onde os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, decrescentes, com base no art. 56, inc. I, da Lei nº 14.133/21.

6.7 Critérios e práticas de sustentabilidade:

6.7.1 A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, com vistas a minimizar os riscos nocivos à saúde, utilizando-se de medidas tais quais:

a) utilizar produtos, preferencialmente, sustentáveis e de menor impacto ambiental;

b) fazer uso racional da água;

c) racionalizar o uso de energia elétrica; e

d) reduzir a produção de resíduos sólidos.

6.7.2 Ainda sobre a sustentabilidade a contratada deverá observar os seguintes normativos:

6.7.2.1 Que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio Restricti on of Certain Hazardous Substances (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

6.7.2.2 Que os materiais sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

6.7.2.3 Decreto nº 9.864, de 2019 (Regulamenta a Lei nº 10.295, de 2001) 4.2.3. Lei nº 10.295, de 2001 (Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências).

6.7.2.4 Resolução CONAMA nº 307/2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

6.8 Da Entrega:

6.8.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados em remessa única, conforme critério definido pela contratante;

6.8.2 Os itens adquiridos deverão ser entregues no endereço: R. Cecília Brasil, 1043 - Centro, Boa Vista - RR, 69301-080, ou em outro endereço indicado pela contratante, sede do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami. dentro do horário de atendimento das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min. A entrega será realizada após o envio da nota de empenho à empresa contratada, conforme os prazos estipulados no contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 O presente estudo tem por objeto a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico para registro de preço visando a aquisição de insumo e equipamentos para atender as ações do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e Programa Nacional de Acesso à Água Potável em Terras Indígenas - PNATI, a fim de atender às ações contínuas de manutenção e monitoramento dos sistemas de abastecimento de água instalados no território Yanomami, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
1	Destilador de Água Capacidade: 50 L/H, Voltagem: 220 V, Características Adicionais: Dispositivo Para Desligamento Automático, Aplicação: Laboratório, Material: Aço Inox.	466609	UND	1	2
2	Estufa incubadora laboratório, Painei frontal com chave geral (liga/desliga). Timer programável de 1 até 9.999 minutos, com ajuste de 1 em 1 minuto. Sensor de temperatura tipo pt 100. Aquecimento através de resistência blindada em aço inox, de fácil substituição. Circulação de ar por convecção natural, livre de ruídos. Isolação térmica em lã de vidro (ROOFING) em todas as laterais e porta. Câmara interna construída em chapa de aço sae1020 com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura epóxi eletrostático na cor branca. Câmara interna com trilhos para deslocar as bandejas. Porta interna em vidro temperado que permite a visualização do interior da câmara sem a necessidade da abertura da porta, evitando perda de calor e estabilidade térmica. Gabinete externo construído em chapa de aço SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e acabamento (pintura) em epóxi texturizado eletrostático. Bancada com porta externa com vedação com perfil de silicone de alta temperatura, puxador anatômico. Com 02 portas com vedação com perfil de silicone de alta temperatura, puxadores anatômicos, abertura de dentro para fora e montada sob 04 pés com rodízios giratórios. Faixa de temperatura: ambiente + 5°C a 70°C (outras temperaturas sob consulta). Precisão: ± 1°C homogeneidade: ± 1°C. Tensão: bivolt (acompanha chave seletora). Dimensões internas: 45 x 45 x 42 cm. Dimensões externas: 66 x 56 x 57 cm. Potência: 600 watts. Peso: 62 kg.	620935	UND	3	5
3	Luva descartável, material: látex natural, modelo: antialérgica, tipo: ambidestra, tamanho: tamanho grande, características adicionais: lubrificada com pó bi absorvível, esterilidade: não estéril. Caixa com 100 unidades.	620105	UND	30	60
4	Luva descartável, material: látex natural, modelo: antialérgica, tipo: ambidestra, tamanho: tamanho médio (7) , características adicionais: lubrificada com pó bi absorvível, esterilidade: não estéril. Caixa com 100 unidades	620103	UND	30	60
5	Máscara Descartável Uso Geral Material: Tnt (Tecido Não Tecido) , Tipo Fixação: Contorno Total, Com Elástico , Características Adicionais: Proteção De Barba E Bigode , Tamanho: Único. Pacote 100 Unidade.	483888	UND	15	30
	Bancada mesa inox (1500x600x900mm) com cuba aço (40x34x18cm) deslocada a direita, prateleira na parte inferior e 2 (duas) gavetas,				

6	puxadores em barra de alumínio anodizado, dobradiças em metal reforçadas ou de correr, com trilhos em alumínio.	607936	UND	1	1
7	Lanterna Portátil com Lâmpada UV 365 NM para leitura de fluorescência. Coliformes totais e de coliformes termotolerantes e e. coli. aplicação: a lâmpada UV é utilizada na pesquisa de coliformes totais e de coliformes termotolerantes e e. coli em água para o consumo humano no campo, utilizando testes rápidos (onpg/mug). Potência da lâmpada: 4 watts, Alimentação: 4 pilhas AA, Dimensões: 16,5 cm x 6 cm x 2,9 cm (C x L x P).	628864	UND	10	20
8	Dispenser Higienizador, material: plástico ABS, aplicação: mãos, capacidade: 800, cor: branca, características adicionais: visor frontal, para álcool em gel, tipo fixação: parede, antifurto.	477938	UND	5	10
9	Bolsa em lona reforçada para ferramentas e equipamentos com alça lateral, tipo lateral, material em lona reforçada. Capacidade de carga 15 kg. Quantidade de bolsos internos 12. Quantidade de bolsos externos 10. Altura x Comprimento x Largura (30 cm x 43 cm x 24 cm). Peso aproximado: 1,18 kg. Indicação de uso para organização e transporte de: Ferramentas manuais e Acessórios técnicos.	621541	UND	8	15

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 35.743,05

8.1 O preço estimado global para a presente contratação é de 35.743,05 (trinta e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e cinco centavos.) sendo o critério de aceitação e escolha da proposta.

O valor estimado da contratação foi apurado a partir dos dados obtidos na pesquisa de preços de mercado.

No transcorrer da instrução processual a referida pesquisa poderá ser aperfeiçoada caso haja necessidade, sendo que os valores levantados estando sujeitos à apuração e análise detalhada na devida precificação em Mapa Comparativo de Preços, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A análise quanto ao parcelamento do objeto deve observar o cumprimento adequado do disposto no art. 40, § 3º, da Lei 14.133/2021 e na Súmula TCU nº 247:

9.1.1 § 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

9.1.2 Súmula TCU nº 247:

9.1.2.1 É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

[...]

Art. 8º Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

[...]

9.1.2.4 Considerando as disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, especialmente o artigo 48, inciso III, que estabelece a possibilidade de reserva de cota de até 25% para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) nas contratações cujo valor do item ou grupo seja superior a R\$ 80.000,00, cumpre esclarecer a presente justificativa para a não adoção dessa medida no presente certame. A não aplicação da cota reservada fundamenta-se nas particularidades do objeto licitado, que exigem aquisição de forma unificada para garantir a padronização, continuidade e eficiência da execução contratual. A fragmentação da contratação poderia comprometer o atendimento integral das necessidades da Administração, seja pela incompatibilidade técnica dos produtos/serviços quando adquiridos de fornecedores distintos, seja pelo risco de desabastecimento ou dificuldades operacionais decorrentes da gestão de múltiplos contratos. Além disso, realizou-se levantamento prévio de mercado, no qual se verificou que a reserva de cota poderia resultar na redução da competitividade ou na inviabilidade da contratação, haja vista a limitação do número de fornecedores ME/EPP capazes de atender plenamente aos requisitos estabelecidos. Tal cenário poderia comprometer a economicidade e a vantajosidade da contratação, princípios fundamentais da administração pública. Ressalta-se, entretanto, que, em observância ao artigo 48, inciso I, da LC nº 123 /2006, o edital contemplará a exclusividade de participação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00, promovendo, assim, o estímulo à participação desse segmento e garantindo o cumprimento dos dispositivos legais de incentivo às ME/EPP. Dessa forma, a decisão de não aplicar a cota reservada para itens/grupos superiores a R\$ 80.000,00 não se configura como afronta ao inciso III do artigo 48 da LC nº 123/2006, pois foi baseada em razões de ordem técnica e operacional que visam resguardar o interesse público e garantir a execução adequada do contrato, sem prejuízo da ampla participação de empresas de todos os portes no certame.

9.2 Portanto, é de conhecimento deste Distrito Sanitário Especial que a regra geral é que a adjudicação seja realizada por item, e não por preço global. As licitações que tenham itens divisíveis propiciam uma ampla participação dos licitantes, permitindo que empresas de diferentes portes possam competir em condições de igualdade, como no caso das microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP. Outro ponto é a exclusividade concedida as microempresas e empresas de pequeno, quando o valor da licitação for até 80.000,00 (oitenta mil reais), e no caso de licitações que superam esse valor, é necessário que seja previsto cota reservada de até 25% para participação das referidas ME's e EPP's.

9.3 Entretanto, considerando o histórico de desistência do licitante vencedor, custo de frete para região Norte, baixo valor e a necessidade de que os itens sejam fornecidos pela mesma contratada, não se mostra vantajoso para essa administração pública que a licitação seja realizada por item. O agrupamento dos itens permitirá uma melhor organização da logística e um controle mais rígido da qualidade dos insumos e equipamentos, garantindo que todas as exigências de armazenamento, transporte e entrega sejam uniformemente atendidas, sem comprometer o cumprimento das especificações técnicas e de sustentabilidade exigidas. Além disso, a gestão do armazenamento e transporte possibilita à empresa contratada uma operação de logística mais eficiente, gerando economia de escala e maior segurança no fornecimento contínuo e adequado dos produtos.

9.4 No caso concreto, os materiais que se pretende adquirir formam oito grupos e itens sem grupo, sendo materiais de hidráulicos, materiais e tubulações de esgoto e água, materiais para reservatório, materiais para implantação de sistemas de abastecimento de água. E,

9.5 Devido a questões intrínsecas relaciona as ações de edificação e saneamento ambiental no território Yanomami, que é área de difícil acesso, contados em remessa única, caso necessário será possível o parcelamento de alguns materiais, visto que o DSEI Yanomami não possui:

1. Local de armazenamento que comporte o vulto de insumos a serem adquiridos; e
2. Garantia quanto a mobilização dos materiais para o território.

9.6 Diante do exposto, é completamente plausível a escolha do parcelamento do objeto em consonância com disposto inciso II, art. 3, decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço na Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

9.7 Nas licitações públicas de equipamentos e ferramentas, a aplicação de condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado pode ocorrer de diversas maneiras, desde que estejam em conformidade com a Lei 14.133/2021 e seus regulamentos. Aqui estão alguns exemplos de como essas condições que podem ser implementadas no processo de licitação:

1. Flexibilidade nos Prazos de Pagamento: A administração pública pode adotar prazos de pagamento mais curtos e condizentes com os praticados no setor privado. Isso pode ser vantajoso para atrair fornecedores e garantir o fluxo de caixa das empresas, permitindo que elas recebam o pagamento mais rapidamente após a entrega dos materiais.
2. Critérios de Avaliação de Propostas: Os critérios de avaliação podem ser orientados para o desempenho e a qualidade dos produtos, em vez de se concentrarem apenas no preço mais baixo. Isso permite que os fornecedores que oferecem produtos de alta qualidade e durabilidade sejam valorizados, em consonância com práticas do setor privado.
3. Possibilidade de Negociação Direta: A nova lei também prevê a possibilidade de negociações diretas com os licitantes. Isso pode permitir que a administração pública e os fornecedores discutam condições específicas de aquisição e pagamento, ajustando-as de acordo com as necessidades de ambas as partes.

4. Condições de Entrega Flexíveis: Assim como no setor privado, podem ser acordadas condições flexíveis de entrega, como prazos de entrega mais curtos ou agendamentos específicos que atendam às necessidades do projeto ou da obra em questão.

5. Contratações por Registro de Preços: O sistema de registro de preços, previsto na nova lei, permite a aquisição de materiais de forma mais dinâmica e flexível. Os preços registrados podem ser atualizados com base nas condições do mercado, refletindo a flutuação dos preços no setor privado.

9.8 É importante que essas medidas sejam implementadas dentro dos limites legais e regulamentares estabelecidos na Lei 14.133 /2021 e em seus decretos regulamentadores. Além disso, a transparência, a igualdade de tratamento e a competitividade devem ser mantidas durante todo o processo licitatório.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Esse processo não está correlatado com outro processo vigente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Os materiais a serem contratados já estão previstos e alinhados com o Plano Anual de Contratação 2025.

11.2 Os equipamentos e insumos solicitados estão previstos no PAC (Id PCA PNCP 00394544000185-0-000022/2025) estão listado em forma de anexo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A aquisição de insumos e equipamentos visa garantir a execução das ações da Atenção Básica à Saúde Indígena, bem como a construção, reforma e manutenção de estruturas essenciais para o atendimento, por meio da execução direta das seguintes atividades:

12.1.1 Monitoramento de SAA em Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI);

12.1.2 Reposição de insumos SAA em Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI);

12.1.3 Manutenção de SAA em Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI);

12.1.4 Ampliação de monitoramento de SAA em comunidades indígena;

12.2 Essas aquisições são essenciais para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Distrital de Saúde Indígena (2024-2027), Plano de Ação de Saúde (PAS) e Programa Nacional de Acesso à Água Potável (PNAT), garantindo a continuidade e qualidade da assistência prestada às comunidades indígenas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Na execução dos serviços, quando couber, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas nos incisos seguintes do art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, DE 19 de janeiro de 2010:

14.1.1 Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.1.2 Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

14.1.3 Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

14.1.4 Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

14.1.5 Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.1.6 Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

14.1.7 Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

14.1.8 Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

14.2 Em conformidade com Decreto nº 7.746/2012, e suas alterações pelo Decreto 9.178/2017, que estabelecer critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes. Conforme seu artigo 4º, são diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

14.2.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

14.2.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

14.2.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

14.2.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

14.2.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

14.2.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

14.2.7. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

14.2.8. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. (Incluído pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

4.3 A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

4.4 A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

4.5 Compete à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, como órgão central do Sistema de Serviços Gerais - SISG, expedir normas complementares sobre critérios, práticas e ações de logística sustentável. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

4.6 A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, conforme ato editado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que preverá, no mínimo: (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Equipe de Planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GILBERTO DAVID COGO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 15:29:14.

CELIO DA SILVA DUARTE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 15:29:32.

WILLIAN JANSER DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 15:37:45.